

Orçamento, segundo o Aurélio significa "cálculo da receita e da despesa; cálculo dos gastos para fazer uma obra; ato ou efeito de orçar".

Se o dicionário fala primeiro em "cálculo da receita", para somente depois acrescentar "e da despesa", é porque essa é a ordem natural das coisas. Qualquer administrador que se preze, seja das finanças públicas, seja das finanças de empresas particulares, seja, mesmo, das finanças de uma família, ao fazer um orçamento calcula, primeiro, o de quanto poderá dispor — a receita — para depois decidir no que e como poderá gastar — a despesa. Como sempre, em se tratando de finanças públicas, o que se desejaria gastar é sempre muito mais do que se poderá arrecadar, o orçamento público é, antes de mais nada, uma cuidadosa escolha de prioridades.

O Brasil, no entanto, é um país diferente. Aqui o governo não segue a ordem da definição do dicionário — primeiro o cálculo da receita, para depois se selecionar as despesas. Aqui, com a irresponsabilidade que é marca registrada de todas as administrações públicas, com raríssimas e honrosas exceções, os orçamentos dos governos partem da soma de despesas que se deseja fazer sem cálculo prévio das receitas com que na realidade se conta e geralmente primam por superestimar receitas e subestimar despesas.

O Orçamento da União para 1992, nem por ter sido elaborado por um governo que expõe de forma dramática à Nação, todos os dias, a necessidade premente de um ajuste fiscal rigoroso que retire o Estado da situação de falência em que se encontra como condição primeira para que se possa conter a superinflação em que vivemos mergulhados há mais de dez anos, não foge à regra.

Em artigo publicado na **Gazeta Mercantil**, na semana passada, o deputado Paulo Hartung, do PSDB, mostra que a proposta orçamentária do governo incorpora à sua receita um valor em cruzeiros equivalente a US\$ 10,54 bilhões que viriam, simplesmente, da cobrança de parte da famosa dívida ativa da União.

"Para se ter uma idéia da gravidade da superestimativa de receita" — explica o deputado — "basta verificar que o montante adicional decorrente desse esforço de arrecadação está justificando a consignação de dotações para gastos públicos federais no valor equivalente a US\$ 7,57 bilhões —, uma vez que os restantes

US\$ 2,97 são incorporados às transferências constitucionais a Estados e municípios".

"Esse volume de gastos", conclui o deputado, "é maior do que a totalidade dos investimentos previstos no âmbito do Orçamento Fiscal, que chegam a US\$ 6,53 bilhões".

Do lado das despesas, o deputado Hartung mostra a subestimativa dos gastos com a Previdência Social: somente por conta do Plano de Custeio e Benefícios, as despesas da Previdência devem aumentar no próximo ano de, no mínimo, US\$ 1 bilhão. Mas, apesar disso, o orçamento prevê uma redução de 21% nos gastos da Previdência, o que equivale a US\$ 5,2 bilhões. Só aí estamos diante de um "rombo" de US\$ 6,2 bilhões.

Em qualquer país sério, um Congresso que recebesse um orçamento como esse recorreria aos meios de que dispusesse para obrigar o governo a funcionar, no próximo ano, de acordo com sua realidade financeira.

Mas, como o Congresso brasileiro sempre foi e continua sendo apenas a caixa de ressonância dos interesses eleitoreiros de cada um dos seus membros, ele está batendo, este ano, um autêntico recorde não apenas nacional mas, certamente, também internacional, digno de figurar no Guinness: para esse orçamento irresponsavelmente fantasioso de um governo falido ele já apresentou nada menos do que 74 mil emendas, das quais nenhuma, podemos ter a certeza, visando a cortar despesas.

Para se **visualizar** — como se diz hoje em dia — o absurdo da situação criada por nossos zelosos parlamentares, basta dizer que, impressas, essas emendas formarão 32 volumes de 832 páginas cada um. Distribuídos a todos os parlamentares e às comissões técnicas, esses volumes consumirão 67 toneladas de papel, a um custo de Cr\$ 50 milhões, só com matéria-prima. Colocadas em linha reta essas emendas cobririam 1.677 quilômetros.

É impossível que alguém possa examinar com um mínimo de atenção cada uma dessas emendas, durante o período de tramitação. Seus autores, porém, sempre poderão dizer, nos seus currículos eleitorais, que fizeram tal ou qual proposta "em defesa de seus eleitores".

É isso aí. O Brasil pode até ser um país sério. Mas, sem sombra de dúvida, não tem nem um governo nem um congresso sérios.